



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 15 de fevereiro de 2012

DIÁRIO DO AMAZONAS Ruas esburacadas do Distrito Industrial trazem prejuízos aos motoristas de Manaus	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Renúncia de ICMS chega a R\$ 3 bi e dez empresas levam 60% do total	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Por Pimentel, Dilma troca 5 da Comissão de Ética	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS Ministério da Ciência e Tecnologia faz parceria de inovação com China	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Governo dá incentivo a bebida energética	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Dilma anuncia reunião semanal com partidos	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
DIÁRIO DO PARÁ Dilma vai trocar membros da Comissão de Ética	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
GAZETA DO POVO 3 ministros próximos de Dilma sob pressão	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DE SANTA CATARINA Lupi ajudará Dilma a definir ministro	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
MANAUS ON LINE Samsung SDI estuda novos investimentos no PIM	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Orçamento terá corte de R\$ 55 bilhões	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>		EDITORIA
	TÍTULO Ruas esburacadas do <u>Distrito Industrial</u> trazem prejuízos aos motoristas de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Problema antigo continua gerando muita reclamação

Manaus - A situação precária das ruas dos bairros Distrito Industrial 1, zona sul, e Distrito Industrial 2, zona leste, com vias esburacadas e sem a camada asfáltica continuam causando problemas e gerando reclamações por parte dos motoristas que são obrigados a trafegá-las diariamente.

De acordo com o leitor Geovane de Azevedo Sales, que buscou o DIÁRIO e o PORTAL D24AM para reclamar, o local mais crítico é na Avenida Buriti, na entrada do Residencial Eliza Miranda, no sentido centro-bairro. Lá tem crateras e o asfalto é inapropriado para uma avenida de tráfego pesado e tão essencial para o Distrito Industrial e para os usuários que dependem dela, como eu, diariamente, escreveu em e-mail enviado para:

A reportagem esteve no local nesta terça-feira (14) e conversou com os usuários dessas vias. Para o motorista de ônibus William da Silva que faz o trajeto para o conjunto Nova República e utiliza a Avenida Buriti todos os dias, o poder público esqueceu as ruas do Distrito Industrial. A Prefeitura diz que não é com ela e a Suframa também se esquivou. É um jogando a bola para o outro, disse.

As avenidas do Distrito Industrial viraram sinônimos de prejuízos com tantos buracos. É o que afirmou o taxista


Carmilson Lima. Não tem suspensão que agente. O aro empena, o pneu estoura. A rua quando não tem buraco, é toda mal remendada. Já o taxista Antônio Gomes da Costa reclamou da qualidade do asfalto. Esse asfalto é péssimo. Não suporta as carretas, os ônibus e os caminhões que trafegam diariamente por aqui. Pode ajeitar o asfalto que depois de alguns dias está cheio de buracos de novo, disse.

O mototaxista Jorinaldo Pereira reclamou que o perigo duplica quando chove. Com a chuva, não dá pra gente ver onde ficam os buracos, que ficam cobertos pela água, disse.

Suframa

Em 2007, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) fez um convênio com o Centro das Indústrias do Amazonas (Cieam), de R\$ 21,3 milhões, para obras de tapa-buracos no Distrito Industrial de Manaus, que sofreu aditivos chegando a mais de R\$ 70 milhões. As obras nunca foram realizadas e, em 2008, o Tribunal de Contas da União (TCU) mandou suspender o convênio por conta de irregularidades encontradas.

Em nota, de duas linhas, a Suframa informou que: Está em andamento um plano de ação para solucionar, em curto prazo, as questões referentes à malha viária do Distrito Industrial. As medidas a serem tomadas deverão ser anunciadas em prazo hábil, resumiu a nota.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Renúncia de <u>ICMS</u> chega a R\$ 3 bi e dez empresas levam 60% do total		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Seleto grupo recebeu do Estado R\$ 1,8 bilhão em Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2011. Incentivo é dado em troca da geração de empregos.

Manaus - Apenas dez empresas são responsáveis por mais da metade de toda a renúncia fiscal das indústrias incentivadas do **Amazonas**, o que representou uma restituição de R\$ 1,836 bilhão em 2011, de acordo com informações da Secretaria de Estado da Fazenda do **Amazonas** (Sefaz),

Segundo dados dos Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de **Manaus**, elaborados pela **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**, os setores de Eletroeletrônicos, Químicos e Duas Rodas correspondem ao maior volume de incentivos concedidos pelo Estado.

Os incentivos fiscais industriais do **Amazonas**, previstos pela Lei 2826/03, são concedidos a partir da renúncia estadual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O texto prevê a renúncia de 90,25% do imposto para indústrias de bens intermediários que servem de insumos, de produtos de limpeza e alimentícios, como massas e bolachas, e mídias virgens ou gravadas; 75% de isenção para indústrias de placas e circuitos, máquinas para **produção**, alimentos industrializados e produtos agroextrativistas; e 55% para fabricantes de bens de consumo, como eletroeletrônicos e motocicletas.

Segundo dados da Sefaz, em 2011 estes incentivos representaram 96% de toda a renúncia fiscal do Estado e apenas dez empresas foram responsáveis pela isenção de R\$ 1,836 bilhão. O número representa 60,39% dos incentivos concedidos aos fabricantes que, no ano passado, deixaram de pagar R\$ 3,040 bilhões, segundo levantamento da **Suframa**.

De acordo com os indicadores de desempenho da **Superintendência**, o setor de eletroeletrônicos foi o responsável pelo maior volume de isenções no ano passado, com R\$ 1,288 bilhão restituídos. Em seguida vêm as indústrias de químicos, onde se enquadram os fabricantes de xaropes concentrados, que tiveram isenção de R\$ 684 milhões, e de duas rodas, com R\$ 479 milhões em benefícios fiscais.

“Existem os diferentes níveis de restituição, mas quando se considera o volume de faturamento dos polos que mais contribuem, veremos que são eles também os que possuem os maiores valores em incentivos. Alimentos, calçados e vestuário, por exemplo, têm isenção total. Mas em valores, essas renúncias representam muito pouco. É **importante** considerar também que alguns incentivos são transferidos para que o imposto seja recolhido pela montadora”, afirma o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Nelson Azevedo.

Tal fato pode ser observado nos números das renúncias totais das indústrias de duas rodas e eletroeletrônicos. Embora as duas produzam bens de consumo, que possuem isenção de 55%, as fabricantes de motocicletas e bicicletas recebem isenção final de 67% do **ICMS**, enquanto a de eletroeletrônicos recebe 91% de isenção final. Já o setor Têxtil, apesar de receber 100% de incentivo fiscal, obteve renúncia de apenas R\$ 2,2 milhões

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Por <u>PIM</u>entel, Dilma troca 5 da Comissão de Ética		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Decisão de instaurar procedimento para analisar denúncias contra o ministro contraria a presidente, que antecipa mudanças no órgão

Tânia Monteiro

A abertura de processo pela Comissão de Ética Pública da Presidência contra o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, deverá precipitar a troca de cinco dos sete integrantes do órgão no meio deste ano, quando terminam os mandatos. A postura da comissão contrariou novamente a presidente Dilma Rousseff, responsável pela decisão de trocar parte dos integrantes.

Três dos conselheiros poderiam ser reconduzidos, mas o Planalto está determinado a trocá- los. O presidente da comissão, José Paulo Sepúlve da Pertence, no entanto, não será atingido pelas mudanças. O mandato de Pertence só vencerá em dezembro do ano que vem, quando ele deixará a comissão porque já foi reconduzido.

A exemplo do que ocorreu no ano passado, quando a comissão abriu processo contra o ex-ministro Antonio Palocci, Dilma foi "surpreendida" com a abertura da sindicância contra **PIM**entel, outro ministro muito ligado a ela. A presidente entende que a comissão está "extrapolando" em suas funções ao tomar decisões contra seus ministros, na avaliação dela apenas com base em denúncias de jornais, sem uma apuração concreta.

Na segunda-feira, apesar de integrantes do governo tentarem saber a pauta da reunião, a comissão não repassou a informação, irritando auxiliares da presidente, principalmente quando viramo teor da decisão, já tarde da noite. O Planalto entende que Dilma precisava ser avisada de decisões tomadas pela comissão, antes que elas fossem repassadas à imprensa.

Essa queixa já havia sido feita à comissão em dezembro, quando o colegiado, em decisão inédita, recomendou à presidente que demitisse o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. "Fui julgado sumariamente sem nenhuma prova", disse ontem Lupi.

A postura de Pertence de não querer informar sobre decisões de abertura de processos de ministros e autoridades do governo à imprensa foi motivo de discussão entre os integrantes do grupo em reuniões anteriores.

Na segunda-feira, primeiro Pertence negou, em entrevista, que qualquer procedimento tivesse aberto. Somente mais tarde confirmou a notícia à imprensa.

Apesar da decisão de investigar **PIM**entel, o fato de ele estar viajando para os Emirados Árabes ajuda a deixar o caso esfriar.

Troca. Hoje a comissão está com seis dos sete integrantes nomeados.

Entre junho e julho deste ano, vence o mandato de Roberto Caldas, José Ernanne Pinheiro, Humberto Gomes de Barros, Marília Muricy Pinto e Fábio Coutinho.

Roberto Caldas e José Ernanne já foram reconduzidos uma vez e não podem mais permanecer no cargo.

Os demais poderiam ser conduzidos por mais três anos, mas a presidente Dilma poderá substituí- los por outros, como é o caso da Marília Muricy, que tem sido a mais criticada pelo governo.



VEÍCULO DCI - COMÉRCIO , INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA	
TÍTULO Ministério da Ciência e Tecnologia faz parceria de inovação com China		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

São Paulo - O Diário Oficial da União publicou ontem portaria assinada pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, instituindo o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia, o CBC-Nano.

Ainda não está definida a agenda de pesquisas do centro, mas, segundo o químico Fernando Galembeck, a China manifestou interesse em desenvolver, com o Brasil, sensores e dispositivos para uso em diagnósticos clínicos para atendimento de populações dispersas.

"A ideia é ter um equipamento portátil confiável, de **produção** barata, que facilite levar atendimento às pessoas", explica Galembeck, que é diretor do Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano), em Campinas (SP), e será o coordenador brasileiro no CBC-Nano.

Segundo ele, outra área de interesse é o **desenvolvimento** de novos produtos a partir da biomassa. "Podemos usar nanotecnologia para transformar os resíduos agrícolas", disse, ao lembrar que o Brasil, sendo um dos principais produtores mundiais de alimentos e de commodities agrícolas, gera grande volume de biomassa ainda não aproveitada.

O centro é virtual e funcionará como rede de cooperativa de pesquisa e **desenvolvimento** da qual ficará vinculado o LNNano. Conforme a portaria, "a participação no CBC-Nano será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração específica".

A China é considerada uma das maiores potências na pesquisa com nanotecnologia, enquanto o **Brasil** ocupa a 25ª posição. Conforme dado divulgado pela Agência Brasileira de **Desenvolvimento** Industrial (Abdi), o **mercado** internacional de nanotecnologia deverá atingir US\$ 693 bilhões até o final deste ano e US\$ 2,95 trilhões em 2015.

Nanotecnologia diz respeito à capacidade de manipular matérias de tamanho atômico, de 1 a 100 nanômetros - cada nanômetro tem um milionésimo de milímetro, ou seja, uma unidade 10 mil vezes menor que o diâmetro do fio de cabelo.


Ainda ontem, o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)** informou que puniu o primeiro caso de circunvenção (conhecido como triangulação) nas **importações** brasileiras. Os cobertores de fibras sintéticas **importados** pelo **Brasil** do Uruguai e do Paraguai foram sobretaxados em US\$ 5,22 o quilo.

O governo concluiu que os produtos são provenientes da China e passam por transformação marginal no Uruguai e Paraguai, antes de entrarem no Brasil, para burlar a medida antidumping aplicada contra os cobertores chineses. Além disso, a **importação** de tecidos de felpas longas da China, usados na fabricação dos cobertores, também passou a ser sobretaxada em 96,6%.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo dá incentivo a bebida energética		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O **Governo Federal** divulgou portaria que concede incentivos à **produção** de bebidas energéticas no **Amazonas**.

A medida beneficiará a Red Bull, que pretende instalar unidade na **Zona Franca** de **Manaus**. Os principais benefícios serão a isenção de IPI e de Imposto de **Importação**.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma anuncia reunião semanal com partidos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo

Presidente exige melhoria da gestão pública e diz que não aceitará uso da máquina na eleição

Fernando Exman, Yvna Sousa e Caio Junqueira

Após demonstrar sua "obsessão" com a melhoria da gestão pública aos líderes e dirigentes dos partidos aliados, a presidente Dilma Rousseff avisou ontem aos integrantes de seu conselho político que não aceitará o uso da máquina do **Governo Federal** para beneficiar candidatos nas eleições municipais de outubro.

Num sinal de que pretende estar mais presente nas articulações políticas do governo, Dilma afirmou que deverá se reunir semanalmente com as bancadas das legendas que a apoiam no Congresso. O distanciamento entre a base e a presidente é uma das principais queixas dos parlamentares governistas.

"A presidenta disse que o governo não vai entrar no processo eleitoral, que governo é para executar os projetos de país e ela não vai entrar nem permitir que se entre no debate eleitoral", afirmou o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), após o encontro. "Ela vai receber os partidos da base para encontros a partir de março, com o objetivo de estreitar o relacionamento."

Nas palavras de alguns participantes da reunião, Dilma deixou clara a sua "obsessão" pela melhoria da gestão da máquina pública e dos serviços públicos ofertados à população. A presidente reiterou que pretende implementar, até meados do ano, um sistema para **monitorar** em tempo real a execução dos projetos de todos os **Ministérios**. Para ela, a tendência é a parcela da população que saiu de um situação de extrema pobreza cobrar cada vez mais por serviços públicos de qualidade, sobretudo nas áreas de educação, saúde e segurança pública.

"A presidenta deu as linhas e as diretrizes do seu governo: quer melhorar os serviços públicos e usar a tecnologia para que seja dada qualidade aos serviços. Ela usou a seguinte frase: 'É com o olho do dono que o boi engorda'. Essa frase refere-se tanto à gestão quanto às viagens que ela disse que fará às principais obras do país

para avaliar e mostrar que o país cresce com eficiência", comentou o líder do PT na Câmara, deputado Jilmar Tatto (SP).

Na reunião, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, fez uma apresentação sobre a conjuntura econômica e a situação do **Brasil** em meio aos desdobramentos da crise financeira internacional. O recado dado é que o **Brasil** se encontra bem posicionado, apesar de o cenário externo ser preocupante. De acordo com participantes da reunião, Mantega demonstrou otimismo em relação ao fortalecimento do **mercado** interno e a geração de empregos. O ministro também reiterou que a meta do governo é fazer com que o Produto Interno Bruto (**PIB**) registre um crescimento de 4,5% em 2012.

"Nós destacamos que o instrumento mais **importante** para que possamos alcançar um crescimento de 4,5%, que deve ser perseguido pelo governo, é um grande esforço de investimento no país. Então o investimento será o principal instrumento para dinamização do crescimento em 2012", explicou Mantega a jornalistas após a reunião, acrescentando que tal índice é suficiente para gerar todos os empregos necessários. "Temos uma crise internacional, esta crise não está resolvida. Diante disso, eu tinha dito que, se a crise for solucionada, nós poderemos ter um crescimento de 5% em 2012, mas, se a crise persistir, teremos um crescimento de 4%. E decidimos que 4,5% seria uma margem adequada para perseguirmos em 2012."

Dilma também tratou das prioridades do Executivo no Congresso, como o projeto que cria um novo regime de previdência para os servidores públicos, a Lei Geral da Copa e o Código Florestal. A definição do rateio dos royalties do petróleo é outro foco do governo. "A presidenta mais uma vez reafirmou seu compromisso com os contratos em vigor", comentou a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, referindo-se à divisão dos royalties.

O conselho político também abordou a tramitação no Senado do projeto que regulamenta a cobrança do **ICMS** a fim de acabar com a guerra fiscal entre os Estados e com os incentivos às **importações**. "É uma matéria que temos que agilizar a votação, porque ela vem exatamente na contramão

do fortalecimento da indústria nacional, da geração dos empregos no Brasil", destacou Ideli, revelando ainda que também foram debatidas a pressão para que o Congresso aprove uma emenda constitucional criando um piso salarial para os policiais militares, a crise provocada pela greve da categoria em alguns Estados e a possibilidade de o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), tratar do assunto numa reunião com governadores.

Representantes de todos os partidos governistas participaram da reunião, menos do PR, que deixou formalmente a base depois que o senador Alfredo Nascimento (AM) foi exonerado do **Ministério** dos Transportes em meio a denúncias de irregularidades. Após a reunião, no entanto, líderes do PR estiveram no gabinete de Ideli, ensaiando um retorno à base. O partido pressiona pela substituição do atual ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos.

	VEÍCULO DIÁRIO DO PARÁ	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma vai trocar membros da Comissão de Ética		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A abertura de processo pela Comissão de Ética Pública da Presidência contra o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, deverá precipitar a troca de cinco dos sete integrantes do órgão no meio deste ano, quando terminam os mandatos. A postura da comissão contrariou novamente a presidente Dilma Rousseff, responsável pela decisão de trocar parte dos integrantes.

Três dos conselheiros poderiam ser reconduzidos, mas o Planalto está determinado a trocá-los. O presidente da comissão, José Paulo Sepúlveda Pertence, no entanto, não será atingido pelas mudanças. O mandato de Pertence só vencerá em dezembro do ano que vem, quando ele deixará a comissão porque já foi reconduzido.

A exemplo do que ocorreu no ano passado, quando a comissão abriu processo contra o ex-ministro Antonio Palocci, Dilma foi "surpreendida" com a abertura da sindicância contra PIMentel, outro ministro muito ligado a ela. A presidente entende que a comissão está "extrapolando" em suas funções ao tomar decisões contra seus ministros, na avaliação dela apenas com base em denúncias de jornais, sem uma apuração concreta.

Na segunda-feira, apesar de integrantes do governo tentarem saber a pauta da reunião, a comissão não repassou a informação, irritando auxiliares da presidente, principalmente quando viram o teor da decisão, já tarde da noite. O Planalto entende que Dilma precisava ser avisada de


decisões tomadas pela comissão, antes que elas fossem repassadas à imprensa.

Essa queixa já havia sido feita à comissão em dezembro, quando o colegiado, em decisão inédita, recomendou à presidente que demitisse o ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

A postura de Pertence de não querer informar sobre decisões de abertura de processos de ministros e autoridades do governo à imprensa foi motivo de discussão entre os integrantes do grupo em reuniões anteriores. Na segunda-feira, primeiro Pertence negou, em entrevista, que qualquer procedimento tivesse aberto. Somente mais tarde confirmou a notícia à imprensa. Apesar da decisão de investigar PIMentel, o fato de ele estar viajando para os Emirados Árabes ajuda a deixar o caso esfriar.

Troca

Hoje a comissão está com seis dos sete integrantes nomeados. Entre junho e julho deste ano, vence o mandato de Roberto Caldas José Ernanne Pinheiro, Humberto Gomes de Barros, Marília Muricy Pinto e Fábio Coutinho. Roberto Caldas e José Ernanne já foram reconduzidos uma vez e não podem mais permanecer no cargo. Os demais poderiam ser conduzidos por mais três anos, mas a presidente Dilma poderá substituí-los por outros, como é o caso da Marília Muricy, que tem sido a mais criticada pelo governo. (Agência Estado)

	VEÍCULO GAZETA DO POVO	EDITORIA	
	TÍTULO 3 ministros próximos de Dilma sob pressão		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente pode chegar ao carnaval com uma nova crise instalada no Planalto. Três ministros do núcleo de confiança de Dilma Rousseff estão tendo de dar explicações. Gilberto Carvalho envolveu-se em polêmica com a base evangélica, aliada no Congress

Carvalho azeda relação com base evangélica

Das agências

Alan Marques/Folhapress

Ueslei Marcelino/Reuters

Marcello Casal Jr./ABr

Carvalho: evangélicos decidiram recusar diálogo com o ministro

Mantega: denúncia de corrupção na Casa da Moeda respinga no ministro

PIMentel: suspeita de enriquecimento com consultorias suspeitas

Senadores e deputados da bancada evangélica, além de pastores, decidiram ontem não reconhecer mais o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, como interlocutor do governo com o segmento religioso. Uma das atribuições da pasta de Carvalho é conversar com movimentos religiosos. A expressiva bancada evangélica é considerada estratégica para que o Planalto consiga aprovar matérias de seu interesse no Congresso.

Durante palestra no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no mês passado, Carvalho disse que o Estado deve fazer uma disputa ideológica pela nova classe média, que estaria sob hegemonia de setores conservadores comandados por pastores de televisão.

A declaração desagradou os evangélicos. O senador Magno Malta (PR-ES), porta-voz dos evangélicos e da Frente da Família no Congresso, anunciou ontem que encaminhará a Dilma uma nota de repúdio.

O Planalto logo percebeu o potencial do estrago no Legislativo ao desagradar os evangélicos. E marcou para hoje uma reunião de Gilberto Carvalho com parlamentares do segmento religioso.

Durante reunião de ontem entre senadores, deputados e pastores evangélicos, houve também manifestação de repúdio ao ativismo da nova ministra de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, favorável ao aborto. Foi distribuída a carta-compromisso que Dilma Rousseff assinou no segundo turno das eleições presidenciais, em 2010, se comprometendo a não enviar ao Congresso projetos pró-aborto.

Mantega nega rumores de que vai se demitir

Folhapress

Cada vez mais pressionado em virtude das denúncias de corrupção na Casa da Moeda, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, teve ontem de negar rumores de que irá deixar o governo. Acho que são piadas de mau gosto. Não vejo boato nenhum, disse ele. Para conter a crise, a presidente Dilma Rousseff determinou que o ministro compareça ao Congresso o que deve ocorrer entre os dias 13 e 14 de março.

Oficialmente, o ministro irá falar sobre o cenário econômico. Mas a sessão servirá também para que Mantega explique a indicação do ex-presidente da Casa da Moeda Luiz Felipe Denucci, exonerado por suspeita de receber propina de fornecedores da estatal.

O ministro é acusado por ter indicado Denucci ao cargo e por não ter tomado providências diante de alerta de irregularidades na gestão do órgão. Ele nega e diz que foi o PTB que indicou o ex-presidente.

O Planalto aposta que até meados de março a crise em torno de Mantega perca fôlego. Enquanto isso, a base aliada está orientada a barrar requerimentos no Congresso para Mantega depor.

Mas a oposição, em outra frente, decidiu levar ao **Ministério** Público Federal (MPF) as denúncias de corrupção na Casa da Moeda. DEM e PSDB querem que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, investigue se houve crime de improbidade administrativa do ministro Mantega.

Comissão de Ética decide investigar **PIM**entel

Das agências

A Comissão de Ética Pública da Presidência decidiu na noite de segunda-feira investigar os ganhos do ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, com consultoria entre 2009 e 2010. A denúncia havia sido formulada pelo PSDB.

A decisão da comissão atinge um dos ministros mais próximos da presidente Dilma Rousseff. Surpreendida pela decisão, Dilma teria decidido não renovar no meio do ano o mandato de cinco dos sete integrantes do órgão. A presidente entende que a comissão estaria extrapolando suas funções. O julgamento de **PIM**entel, porém, deve ocorrer antes disso.

Depois de sair da prefeitura de Belo Horizonte e antes de entrar no governo Dilma, **PIM**entel faturou R\$ 2 milhões em serviços de consultoria, inclusive durante o período em que ele atuou como um dos coordenadores da campanha eleitoral da presidente. Metade desse total foi pago pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), por serviços de consultoria na elaboração de projetos na área tributária e palestras que nunca ocorreram.

Tweet

	VEÍCULO JORNAL DE SANTA CATARINA	EDITORIA	
	TÍTULO Lupi ajudará Dilma a definir ministro		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff deve chamar o PDT para discutir o novo nome do partido que vai assumir o Ministério do Trabalho. A informação é do presidente da legenda, Carlos Lupi, que deixou a pasta depois de várias denúncias envolvendo a gestão dele. O pedetista retornou ontem ao Palácio do Planalto para participar da reunião do Conselho Político do governo, que reuniu ministros, presidentes de partidos e líderes.

Ela (Dilma) não nos chamou para essa discussão (definição do novo nome do Ministério do Trabalho), mas deverá chamar brevemente. Ela é quem define, não somos nós. Os nomes já estão ventilados disse Lupi à imprensa, após a reunião.

Segundo ele, estão cotados os deputados Vieira da Cunha (PDT-RS) e Brizola Neto (PDT-RJ), além do secretário-geral nacional do PDT, Manoel Dias.

O Ministério continua sendo gerido por pessoas do PDT, o PDT continua no Ministério do Trabalho enfatizou.

O cargo está sendo ocupado interinamente por Paulo Roberto Pinto.

Lupi não quis comentar a situação do ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel, que, assim como ele, teve procedimento preliminar aberto para investigação, pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Não avalio situação de ninguém, porque não julgo para não ser julgado. Cada um tem de ser avaliado com transparência e com legítimo direito de defesa disse.

Questionado se ainda ama a presidente Dilma, o pedetista riu e disse, dirigindo-se aos repórteres: E a todos vocês.

MultimídiaReunião teve a participação de 15 lideranças da base aliada, entre elas, Carlos Lupi, do PDT

	VEÍCULO MANAUS ON LINE	EDITORIA	
	TÍTULO Samsung SDI estuda novos investimentos no <u>PIM</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Fábio Alencar, Superintendência da Zona Franca de Manaus

quarta-feira, 15 de fevereiro de 2012

O presidente mundial da Samsung SDI, Sangjin Park, esteve na tarde desta terça-feira (14) na sede da **SUFRAMA** para solicitar o apoio da autarquia na instalação em **Manaus** de um projeto inédito no Brasil: **produção** de baterias compactas de Lithium Ion (íons de lítio) para celulares e notebooks.

Em conversa com o **Superintendente** da **SUFRAMA**, Thomaz Nogueira, Sangjin Park revelou ter recebido convite de vários outros países para instalar a nova planta industrial, mas que a empresa coreana aposta no **Brasil** “por considerar um potencial **mercado** para este produto”.

A Samsung SDI é líder mundial em **produção** de energia limpa através de baterias recarregáveis e Nogueira adiantou que a instalação deste segmento em **Manaus** vai contribuir para o adensamento da cadeia de celulares e notebooks no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

O **Superintendente** colocou a **Suframa** à disposição para esclarecer todas as dúvidas da Samsung SDI e ajudar no que for necessário para ajustar o projeto coreano às exigências do modelo **Zona Franca**. Sangjin Park informou que assim que retornar à Coreia enviará técnicos da empresa ao **Amazonas** para iniciar as discussões em torno da instalação da nova unidade no **PIM**.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Orçamento terá corte de R\$ 55 bilhões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo anuncia hoje um corte de gastos superior ao de 2011, próximo a R\$ 55 bilhões, para garantir o superávit primário nas contas públicas de R\$ 139,8 bilhões no ano. O valor do contingenciamento - que no ano passado foi de R\$ 50 bilhões - foi decidido durante almoço dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, após a reunião do Conselho Político. Na reunião do Conselho, Mantega afirmou que "o superávit primário de R\$ 140 bilhões será cumprido na sua integralidade", descartando, assim, a possibilidade de abater parte dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estimados em mais de R\$ 40 bilhões

Corte sai hoje e fica próximo a R\$ 55 bilhões

Por Claudia Safatle e Mônica Izaguirre | De Brasília

O governo anuncia hoje um corte de gastos superior ao do ano passado, próximo a R\$ 55 bilhões, para garantir o superávit primário das contas públicas de R\$ 139,8 bilhões este ano. O valor do contingenciamento do orçamento, que em 2011 foi de R\$ 50 bilhões, foi decidido durante almoço dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, após a reunião do Conselho Político, no Palácio do Planalto. A cifra exata estava sendo depurada pelos técnicos ontem à noite.

Na reunião do Conselho Política, a primeira do ano, Mantega assegurou que "o superávit primário de R\$ 140 bilhões será cumprido na sua integralidade", descartando, assim, a possibilidade de abater parte dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estimados em mais de R\$ 40 bilhões para o exercício.

O ministro acenou, também, com a criação de condições "financeiras e tributárias" para aumentar os investimentos e garantir um crescimento econômico, este ano, de 4,5%. Embora o ministro não tenha detalhado o que seriam as condições a que se referiu, fontes do governo indicaram que o **Ministério** da Fazenda avalia a possibilidade de estender para mais setores intensivos de mão de obra a desoneração da folha de pagamento adotada, no ano passado, para confecções, calçados, móveis e softwares.

No segundo semestre de 2011, o governo reduziu a zero a alíquota de 20% para contribuição ao INSS desses segmentos e transferiu a tributação para o faturamento, com uma alíquota de 1,5% para confecções, calçados e artefatos e móveis, e de 2,5%, para softwares. Agora, os técnicos avaliam a possibilidade de não só transferir a taxa da folha para o faturamento, mas reduzir de fato a carga tributária sobre alguns setores. Isso vai depender, sobretudo, do espaço fiscal.

Outro assunto que está no radar de Mantega é, novamente, a velha agenda de redução do "spread" bancário, que não tem caído na mesma velocidade da redução da taxa Selic e o governo quer retomar a discussão de porque o "spread" bruto no **Brasil** é tão insistentemente elevado.

Ele fez uma exposição sobre a situação da economia doméstica e internacional ao Conselho Político e deixou um apelo aos líderes da base aliada presentes ao encontro com a presidente Dilma Rousseff, para que o Congresso Nacional não crie novas despesas e aprove as medidas de interesse do governo.

Os investimentos públicos e privados, segundo Mantega, sustentarão a expansão do **PIB** brasileiro este ano. O objetivo, disse, é elevar a taxa de investimento para 20% do **PIB** - em 2001, ela foi de 19%.

"Nosso desafio é remar contra a corrente", disse Mantega, em entrevista. Enquanto economias maduras entram em recessão e as emergentes desaquecem, o **Brasil** sairá de um crescimento próximo a 2,8% no ano passado para a casa dos 4,5%, assinalou. Sobre boatos de que poderia deixar o governo, disse: " eu vou continuar remando como tenho feito há seis anos".

Ele negou que esteja pensando em usar da tributação para desestimular os fundos de renda fixa atrelados ao DI. Os estudos, de fato, não chegaram a ele. Estão na fase de avaliação técnica. Saíram da Secretaria de Política Econômica para a Receita Federal.